



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



**TITULO:** A identificação dos saberes produzidos na extensão, a partir da concepção teórico-metodológica de extensão de Paulo Freire e o campo jurídico.

**EJE:** Mesa de Trabajo 4. Comunicación y Extensión

**AUTORES:** Maira de Souza Moreira, Clarissa Pires Naback, Amanda Alves de Souza, Isabela Taranto Couri, Veronica de Araujo Triani e Ana Carolina Brandão.

**REFERENCIA INSTITUCIONAL:** Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

**CONTACTOS:** maira2513@hotmail.com.

## RESUMEN

O Grupo de Pesquisa e Extensão “Direito e Movimentos Sociais” da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ se constituiu no sentido de realizar atividades de extensão junto aos movimentos sociais. Nesta perspectiva, desenvolvemos atividades de assessoria jurídica e educação jurídica popular junto à dois acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

O presente resumo se destina a apresentar o trabalho de avaliação das atividades mencionadas, buscando um diálogo com o conceito de extensão de Paulo Freire, desenvolvido em sua obra “*Extensão ou Comunicação?*”.

A extensão exige um esforço de sistematização e reflexão teórica tão intenso quanto ou maior que a pesquisa tradicional (dissociada da extensão). Partindo desta premissa procuramos articular o referencial metodológico da pesquisa participante<sup>1</sup> ao conceito de extensão elaborado por Freire, assim pesquisa e extensão estariam extrínsecamente vinculadas. Esta experiência diferenciou, na prática, a extensão como *comunicação* (FREIRE, 1969) de outras atividades desenvolvidas pela Universidade e que são caracterizadas como atividades de extensão. A partir deste entendimento, o grupo se dedicou a elaborar o conceito de extensão que melhor se aplicava ao trabalho realizado.

---

<sup>1</sup> O autor Carlos Rodrigues Brandão, na obra “Pesquisa Participante”, busca fazer a crítica à pesquisa que reivindica a neutralidade como metodologia. Desta forma, reconhece a cientificidade da pesquisa comprometida com as lutas populares (que não se propõe neutra).



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Elaboramos então, os motivos da importância teórica e metodológica do conceito de Extensão como Comunicação para o Direito [sem perder de vista que este conceito foi, inicialmente, desenvolvido a partir da perspectiva do trabalho do agrônomo] e sistematizamos as atividades de educação jurídica popular realizadas até o presente momento.

## DESARROLLO

### 1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa e Extensão Direito e Movimentos Sociais atua desde o segundo período do ano de 2009, durante o qual se dedicou a obter acúmulo teórico e experiencial a cerca da temática sobre Movimentos Sociais, para que em seguida fosse elaborado o primeiro projeto institucional.

No primeiro período de 2010 iniciamos o projeto de “Assessoria Jurídica Universitária a Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Assentamentos Urbanos”. Este projeto resultou da parceria e interação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra- MST e também com o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, entidade que presta assessoria jurídica ao movimento. Outra parceria do grupo que contribuiu para a formulação do projeto foi desenvolvida com o Núcleo Estudantil de Apoio a Reforma Agrária- NEARA, movimento estudantil responsável pela organização do Estágio Interdisciplinar de Vivência- EIV em áreas de reforma agrária, no Estado do Rio de Janeiro.

Dois integrantes do Grupo participaram do estágio nos acampamentos São Roque e Eldorado dos Carajás, onde perceberam inúmeras problemáticas como a precariedade do acesso às políticas públicas de educação, saúde, lazer, entre outras; e um profundo distanciamento do universo jurídico, ao qual estão implicados.

No segundo semestre de 2010 nos dedicamos às seguintes atividades: oficinas com temáticas do Direito nos acampamentos; acompanhamento das negociações com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e contato com o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, no sentido de qualificar o acompanhamento dos processos judiciais.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Por fim, no primeiro semestre de 2011 o grupo dedicou-se a sistematização das experiências. Este esforço de elaboração resultou na possibilidade de apresentação deste trabalho. A seguir serão expostas nossas experiências com os acampamentos mencionados e especificaremos as atividades elencadas nesta introdução, traçando também uma análise da região. As vivências e as reflexões são apresentadas a partir de um relato cronológico e descritivo, durante o qual teceremos também algumas análises teóricas.

## 2. BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Como referencial teórico, o projeto se baseou na concepção de Paulo de Freire de uma atividade de extensão que preza a comunicação entre o extensionista e o movimento social, promovendo uma atividade dialógica.

A extensão universitária é uma prática de produção de conhecimento vivenciada a partir da interação com os sujeitos que estão fora da Universidade. O trabalho extensionista é, sobretudo, a comunicação estabelecida entre sujeitos cognoscentes relacionados a partir de um objeto cognoscível – a realidade. O trabalho de extensão que pretende ser comunicação (FREIRE, 1969.) deve estar voltado para a ampliação da curiosidade e da expectativa dos sujeitos implicados em uma determinada realidade, no sentido de problematizá-la e desvendá-la, tendo como base o diálogo que surge do reconhecimento dos lugares e das linguagens pertencentes a cada sujeito.

O conhecimento adquirido a partir da comunicação entre os sujeito deve ser entendido como uma relação complexa de *aprender-aprender*<sup>2</sup>.

Nesse viés, como referencia metodológica de utilizou-se a Pesquisa Participante, pela qual o processo de conhecimento deve ser feito em conjunto com a comunidade com que se trabalha. O princípio básico deste referencial é o da construção coletiva; onde não existem sujeito e objeto da pesquisa e sim sujeitos que buscam intervir numa determinada realidade e a partir dela produzir conhecimento comprometido com a transformação da sociedade. Isso explica nossa preocupação com os momentos da primeira atividade, em relação a qual, nossa maior expectativa era que se desse o reconhecimento dos sujeitos envolvidos.

---

<sup>2</sup> Expressão utilizada por Paulo Freire em “*Extensão ou Comunicação?*”. O conhecimento aprendido-aprendido é aquele que passa a ser utilizado pelo sujeito, em seu cotidiano, gerando mudanças concretas na realidade em que está inserido.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Por fim, como concepção de direito nos pautamos no estudo de Alberto Warat sobre a linguagem de direito e nas discussões teóricas opostas ao positivismo e formalismo jurídico, como as propostas por Roberto Lyra Filho em “O que é Direito”.

Luís Alberto Warat a partir de estudos de semiologia jurídica dedicou-se a constituir uma crítica à linguagem do direito, desta forma, nos apresenta uma “nova alternativa semiologia para o direito: a semiologia política ou do poder”. O discurso jurídico deve ser problematizado e compreendido a partir da análise de suas funções político-ideológicas, cumpridas nas mais diversas realidades em que está inserido. Os movimentos sociais, na medida em que extrapolam o universo jurídico em sua luta por transformações radicais colocam em xeque uma linguagem que não está a serviço das classes populares.

### **3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA SOBRE O LOCAL ONDE ESTÃO SITUADOS OS ACAMPAMENTOS.**

Os acampamentos São Roque e Eldorado dos Carajás foram organizados após a ocupação de áreas do complexo de fazendas, ao qual pertencia a Usina Santa Maria, localizada no Município de Bom Jesus do Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro.

#### **Dados sobre o Município:**

A População Total do Município era de **33.655** de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **598,40 km<sup>2</sup>** representando **1.3695%** do Estado, **0.0647%** da Região e **0.007%** de todo o território brasileiro.

Seu IDH é de **0.746** segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)



Ano de Instalação: **1938**

Microrregião: **Itaperuna**

Mesorregião: **Noroeste Fluminense**

Altitude da Sede: **88 m**

Distância à Capital: **251.8217Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

A Usina Santa Maria pertenceu a um grande latifundiário da região, chamado Jorge Pereira Pinto, que detinha em seu patrimônio mais de seis mil hectares de terras entre as regiões de Bom Jesus do Itabapoana e Santo Eduardo. Além de possuir o monopólio da atividade mercantil local, empregava a maior parte dos moradores da pequena região no serviço de corte de cana-de-açúcar. Ao acumular dívidas, os herdeiros do proprietário foram obrigados a fechar a Usina e entregar parte das terras que compunham o patrimônio para o banco credor. Nenhum destes fatos, contudo, mudou o cenário de grande concentração de terras na região.

O acampamento São Roque foi o primeiro a se organizar no Município, no ano de 2002, com a ocupação da Fazenda Providência por cinquenta e sete famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. A fazenda que possui cerca de 490 hectares faz parte do complexo de fazendas supracitado.

O acampamento Eldorado dos Carajás foi organizado, cerca de um ano depois, a partir da ocupação feita por famílias originárias do acampamento São Roque, que desde então mostrava grande dificuldade no que diz respeito à sua consolidação enquanto



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



assentamento, tendo em vista que mesmo com uma série de dívidas acumuladas, o atual proprietário da fazenda teve seu pedido de reintegração de posse deferido.

Atualmente a maior parte das famílias, que antes pertenciam ao acampamento São Roque, está alocada no acampamento Eldorado dos Carajás, que tem sua situação jurídica mais favorável para a consolidação de um assentamento rural.

Cabe lembrar que o acampamento é assim denominado por conta de sua situação transitória, na medida em que é o local onde as famílias residem a partir do momento em que o movimento ocupa uma determinada área que será ou deveria ser destinada à reforma agrária. O acampamento raramente é reconhecido pelo direito, na medida em que é consolidado a partir da ocupação, que é considerada como um ato ilegal.

O assentamento rural, por sua vez, é legalmente reconhecido como uma área destinada à reforma agrária, tendo em vista que sua formação adveio de atos do Estado, através de órgãos que possuem esta função. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia federal constituída a partir do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, é o principal responsável pela realização da política de reforma agrária no Brasil.

### **3.1 ATIVIDADES NOS ACAMPAMENTOS**

Traçado o contexto social, histórico e geográfico, passamos agora a relatar nossas experiências nos acampamentos envolvidos. Nossas atividades consistiam em oficinas onde dialogávamos com os membros dos acampamentos, no sentido de confrontarmos os conhecimentos de ambos com a realidade que nos cercava. Observando que o conflito por terra identificado na área tinha uma dimensão jurídica, ressaltada pelos próprios moradores, detivemo-nos nas temáticas: direito, judiciário e Estado de uma forma geral.

Fizemos ao todo três oficinas cujos temas serão explicitados ao longo do trabalho. Para que as atividades ocorressem, demandavam uma muita preparação e estrutura mínima disponibilizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Devido à greve dos servidores que iniciou no final de junho em nossa Universidade não conseguimos contar com o transporte para nos deslocarmos, assim, no ano de 2011 não conseguimos realizar, até o momento, nenhuma oficina.

Após essas breves informações sobre a organização das oficinas e a estrutura com a qual contamos, seguem os relatos.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



### 3.2. PRIMEIRA ATIVIDADE – CONTATO INICIAL COM A COMUNIDADE

Nossa primeira viagem ocorreu durante o final de semana dos dias 25 e 26 de junho, do ano de 2010. O objetivo da viagem era construir junto com os membros dos acampamentos um primeiro diálogo, no sentido de compreendermos quais as problemáticas identificadas pelos mesmos, de forma a iniciarmos coletivamente uma intervenção naquela realidade.

O assentamento Josué de Castro fica próximo aos acampamentos onde atuaríamos, por isso pudemos contar com sua estrutura como alojamento durante o tempo em que ficávamos na região. Chegamos assim numa sexta-feira por volta de 23h00min, dormimos no casarão do assentamento e pela manhã demos início a mais uma viagem em direção ao acampamento Eldorado dos Carajás.

Quando chegamos ao acampamento, os moradores não estavam à nossa espera, pois não tinham uma informação precisa sobre a data de nossa chegada. O problema de comunicação foi um fator que permeou todas as nossas viagens, proporcionado sempre atrasos e dificuldades de organização.

Assim, pela manhã fizemos um trabalho de mobilização intensa, buscamos os moradores de São Roque com o transporte que estava à nossa disposição e com a rapidez de um trabalho coletivo, conseguimos almoçar todos no acampamento. Iniciamos as atividades do projeto no período da tarde.

Pelo avançar da hora, reestruturamos nossa atividade que ficou foi dividida em quatro momentos organizados pelo Grupo em parceria com o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola. Iniciamos o momento com uma apresentação individual, depois do projeto, para então saber a situação do acampamento e realizarmos ao final uma avaliação.

O primeiro momento foi a apresentação individual das pessoas que estavam presentes que, através de um relato oral, passaram informações pessoais essenciais como: nome; o lugar de origem; quando e como se deu o envolvimento com o movimento. Pelas falas, constatou-se que alguns vieram do Espírito Santo, Minas Gerais ou Pernambuco; ou de outros acampamentos; ou sempre moraram na região. Vale mencionar, a importância que os moradores do acampamento trouxeram sobre a Reforma Agrária, que se relaciona com a conquista da terra pela qual eles lutam todos os dias – *“porque sem luta pobre não*



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



*consegue nada”, “ tô aí para fazer diferença, para fazer a tal da Reforma Agrária”* (diálogos de dois acampados).

Vale mencionar que durante as apresentações, surgiram inúmeros comentários à cerca do Processo Judicial. É esta dimensão da realidade em que estão inseridos, que nos propomos a desvendar junto à (e com) eles: a dimensão de um conflito jurídico que não pode ser entendido isoladamente, pois é historicamente condicionado também pelas outras dimensões da luta. Para isso é necessário desmistificar este universo jurídico, através de um processo de significação do mesmo.

No segundo momento fizemos uma apresentação do Projeto, expusemos de forma breve o caráter da proposta do grupo que, em síntese, trata-se da possibilidade de co-construção de uma possível intervenção naquela realidade. Remete-se, assim, a uma colocação de Paulo Freire em sua obra *Extensão ou Comunicação*, para pensar no caráter desta intervenção:

*Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para a sua maneira, ‘normalizá-la’. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. (Freire, 1969, p.22).*

A intervenção desejada não se resumia ao trabalho em si, numa perspectiva unilateral, não era uma tentativa de normalizar aquele “outro mundo”, a proposta era de uma extensão que é educativa e assim, libertadora, de forma que a intervenção fosse sua mais autêntica consequência, a partir de uma percepção aprofundada daquela realidade. Talvez, seja importante ressaltar que ao invés de normalizar, gostaríamos de ver suas contradições ainda mais latentes a partir daquele trabalho.

Nesse momento de apresentação explicamos o contexto de formação do Grupo Direito e Movimentos Sociais, nossa intencionalidade de construir em conjunto com o movimento e a finalidade de criticar as estruturas vigentes do direito e sua relação com os movimentos sociais; bem como dialogar a partir do conhecimento adquirido na Universidade como meio de fortalecer a luta pela mudança da realidade agrária.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Remetemo-nos, assim, mais uma vez ao que foi apresentado em nosso projeto institucional, onde colocamos que o Grupo “[...] *Pretende ter uma relação horizontal com movimentos sociais, no sentido de desmistificar a linguagem do direito e associar o trabalho de extensão a uma pesquisa interdisciplinar e crítica.*”

Não apresentamos um trabalho pensado com início, meio e fim bem definidos. Como um trabalho de extensão que se pretende crítico, inicialmente foi uma *proposta*, sobretudo curiosa, de acordo com a qual tentaríamos tornar o universo jurídico cognoscível a partir da análise de sua intervenção no cotidiano daqueles indivíduos. Este universo e a própria realidade em que estão inseridos, mediatizavam a relação dialógica que estava em construção.

Em seguida, iniciamos um terceiro momento que buscava sondar as relações anteriores dos acampamentos com a Universidade. A primeira colocação feita se referiu ao Estágio Interdisciplinar de Vivência- EIV e o quanto era positivo receber os estudantes, no entanto, a continuidade da relação com os mesmos era quase nula. Esta situação frustrava as expectativas da comunidade em estreitar a relação campo e cidade. De acordo com relatos de moradores, já houve um trabalho de uma Universidade no acampamento Eldorado dos Carajás, mas não foi concluído e, tampouco, conduzido com comprometimento. A partir desta experiência, ressaltaram a importância de não deixarmos o projeto sem acompanhamento, almejando sua continuidade e ampliação.

A ampliação do projeto para a Região Norte (inclui Norte e Noroeste) foi preocupação verbalizada pelo coordenador político do acampamento Eldorado, na medida em que colocou a situação de distanciamento e abandono da região como um todo, em relação a outras regiões em que o MST está organizado. Uma das causas que os integrantes dos acampamentos identificam para tal situação é o fato destes se encontrarem muito distantes do Centro do Rio de Janeiro, onde se concentram os Escritórios - Nacional e Estadual - do movimento.

Durante toda a atividade, a partir do relato oral, foram levantadas uma série de problemáticas: a morosidade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária- INCRA no que concerne à realização das vistorias necessárias para o processo de desapropriação; a dificuldade de domínio do Processo e com isso seu acompanhamento; a complexidade da estrutura do Estado e o quanto o somatório das mesmas resulta na desistência, de muitas pessoas, de permanecer nos acampamentos.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Com base na estrutura organizativa do acampamento sugerimos que nas reuniões dos núcleos o projeto fosse um ponto de pauta, bem como a avaliação das atividades realizadas. Esse foi um encaminhamento que, por enquanto, constitui um desafio para os moradores (que possuem método de avaliação próprio, conforme foi possível identificar em campo) quanto pelo Grupo, que ainda precisa incorporar em suas atividades ferramentas de avaliação e sistematização.

### **3.2.a SEGUNDA OFICINA: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DIVISÃO DOS PODERES E SUAS ATRIBUIÇÕES**

Como num processo de formação continuada é essencial que os assuntos tratados se relacionem e se impliquem, iniciamos a atividade com um resgate introdutório dos assuntos tratados na oficina anterior. Em seguida, pedimos que os participantes nos relatassem a avaliação feita nos núcleos, logo percebemos que o projeto não teve continuidade durante o tempo em que ficamos fora.

A base do movimento social é formada por trabalhadores subescolarizados e que, em muitos casos, além do trabalho na roça dedicam-se a alguma outra atividade que possibilite um rendimento que garanta sua subsistência e de sua família. Neste caso, a escolarização e o tempo disponível prejudicam o envolvimento substancial no projeto. Os desafios de como, aquilo que é trabalhado enquanto estamos lá, pode ser *aprendido* de forma que se manifeste concretamente, mesmo com a nossa ausência permearam todo o trabalho de extensão.

Logo após, apresentamos a proposta da oficina, de trabalharmos com o tema “Estado”, procurando entender como ele se organiza e quais as atribuições dos poderes que o constituem. Acreditamos que este ponto pode ser entendido como um ponto base para que outros assuntos como o Processo; a atuação do INCRA e outros sejam abordados, posteriormente.

Dividimos, assim, a oficina em dois momentos. Primeiro, foi feita uma dinâmica. Nela os companheiros discutiram em pequenos grupos do que lembravam quando ouviam falar em Estado. As perguntas que impulsionavam a discussão era “O que é o Estado?” ou “Do que lembram quando pensam no Estado?”. Em seguida, desenharam na cartolina que levamos a imagem que projetavam sobre a palavra.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Observamos certa timidez e vergonha em falar. Isso dificultou bastante o desenvolvimento do debate. Tais observações podem ser interpretadas como um traço da personalidade de cada indivíduo. No entanto, podem também dá margem ao entendimento que subsiste entre os moradores de El Dorado e São Roque - um discreto olhar submisso à universidade. Os trabalhadores rurais não foram apenas expropriados da terra, mas também da fala, na medida em que o conhecimento adquirido em sua prática diária é precariamente incorporado pela Educação e traduzido em linguagem válida e legítima.

Tentávamos entender de que forma esta organização política e administrativa realizava sua intervenção na vida daqueles camponeses. A partir desta troca, poderíamos elaborar um significado para a palavra Estado, que fosse a síntese entre Organização; Funções e Intervenções (na vida cotidiana).

*Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. (FREIRE, 1969, p. 33).*

Ao perguntar a eles o que sabiam ou lembravam quando falávamos em Estado muitos mencionaram o estado, ente federativo, muito em razão do homônimo entre as palavras; ou confundiam com o município de Campos dos Goytacazes. E por assim dizer, o Estado se mostra mais próximo a eles pelo Estado (ente federativo) e Município. Houve também quem associasse Estado à Reforma Agrária. Nesse caso, Estado é o ente que pode ou não conceder, promover, a Reforma Agrária.

Além desses aspectos, apareceram também questões trabalhistas - falta de acesso aos direitos trabalhistas ou trabalho escravo – ausência de investimentos nos assentamentos de reforma agrária, tratamento desigual do Estado favorecendo as grandes empresas em detrimento dos auxílios aos trabalhadores etc.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Quando os grupos se reuniram de novo as falas não destoaram muito da relação do Estado e o seu papel na Reforma Agrária. A perspectiva que eles possuem sobre o significado de Estado, parte do distanciamento deste e ao mesmo tempo aproximação quando se trata da negação dos direitos aos quais os moradores dos acampamentos deveriam ter acesso.

Entender o funcionamento do Estado; sua organização; divisão de poderes; atribuições e também pensá-lo enquanto espaço de disputas de forças políticas, este parecia ser o desafio ao nos depararmos com o latente conhecimento sensível daquela comunidade em face desta organização política e administrativa. Era preciso avaliar as diversas problemáticas levantadas pelos sujeitos, a partir de uma análise da totalidade da estrutura estatal.

O segundo momento dedicamos a explicar formalmente como se constituem o Estado. Para representá-los desenhamos com um pedaço de pau três casinhas no chão de terra. A primeira representava o poder legislativo; a segunda, o poder executivo; e a terceira, o judiciário.

Para cada casinha chamávamos alguns acampados para exemplificar os representantes que correspondem cada poder. Sendo assim, na casa legislativa havia um senador, um vereador, um deputado estadual e um federal. Para tanto, chamamos quatro acampados para ocupar tais cargos. A brincadeira serviu como forma de memorização.

Dessa forma, explicamos a função de cada poder e sua diferente atribuição. Primeiro perguntávamos o que eles achavam que faziam, por exemplo, um prefeito. Depois explicávamos o que formalmente é a função dessa autoridade. Entretanto, suas perspectivas sempre se voltavam para o caso que viviam; para a Reforma Agrária. Entendiam cada função a partir do processo de Reforma Agrária: a sentença do juiz, as políticas agrárias para a produção do acampamento; as leis que faziam para a Reforma Agrária. A maioria não soube responder corretamente e assim fomos desconstruindo um conhecimento sensível - decorrente em grande parte, da relação conflituosa com o Estado (falta de acesso à educação, à terra, aos bens e serviços básicos) - e construindo um conhecimento elaborado.

Nessa atividade podemos perceber que muitas vezes, o linguajar erudito escapa em nossas falas. Em outros momentos, a postura do detentor de conhecimento se faz presente em nossos gestos. Por outro lado, a troca de experiência, pode ser bastante rica. Da mesma maneira que, a partir da fala deles, se pode constatar a luta e a



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



persistência-resistência para ver concretizada a Reforma Agrária ali em El Dourado dos Carajás e São Roque, eles também podem verificar em nossos falas um Estado cuja a intervenção abrange além do meio rural.

### **3.2.b TERCEIRA OFICINA – CONCEITOS JURÍDICOS DO ESTATUTO DA TERRA: COMPREENSÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA**

Nossa última atividade ocorreu no início de novembro nos acampamentos. Chegamos à tarde no acampamento e tivemos mobilizar mais uma vez os moradores, além de buscar os membros do acampamento São Roque.

Iniciamos a oficina repassando o que discutimos na anterior. Depois apresentamos nossa proposta de discutirmos alguns conceitos jurídicos sobre propriedade e posse, inseridos no Estatuto da Terra<sup>3</sup>. Explicamos o que consistia esse documento e sua importância como um dos principais instrumentos jurídicos para tratar da questão agrária no Brasil.

Assim, cada estudante introduziu um conceito, perguntando o que os companheiros entendiam sobre ele, e depois se tentou explicá-lo, de acordo como se encontrava na lei, relendo assim que fosse os artigos pertinentes. Os conceitos foram debatidos e explicados seus sentidos à luz da lei. Eles consistiam em: imóvel rural, minifúndio, propriedade familiar e latifúndio.

Alguns dos conceitos muitas vezes eram desconhecidos aos moradores dos acampamentos. Um exemplo é minifúndio. Até mesmo imóvel rural os companheiros não ousaram muito em tentar definir. Todavia, quando perguntamos sobre propriedade familiar ou latifúndio, muitos falaram o que sabiam e mais uma vez demonstraram um conhecimento que parte da experiência.

Sobre propriedade familiar, relacionaram o conceito a ideia de hereditariedade. Disseram: *“terreno que é passado de pai para filho; localidade onde mora a família; quando morre uma pessoa que ocupava um lote, ele terá que ser ocupado por um outro parente seu”*. Assim, essa propriedade, para eles, é atrelada à moradia e sustento da família.

E, quando explicamos que propriedade familiar é aquela destinada a Reforma Agrária, capaz de sustentar o possuidor e sua família, e que ele deve trabalhar diretamente

<sup>3</sup> O Estatuto da Terra – Lei Nº 4. 504 de 30 de novembro de 1964.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



nela, uma companheira chamada “Baiana” perguntou o que acontece com aquele que largar seu lote, não trabalhar ali, mas em outro lugar. Disse ainda que perguntou isso para a “companheirada” dar valor à produção agropecuária em vez de ficar procurando emprego em outros lugares. Pelo visto, é recorrente a evasão de acampados para a cidade, ou mesmo para trabalhar em fazendas, como empregados. Ao que parece, as condições que os acampados desfrutam em função dessa posição de acampado dificulta significativamente sua produção, seu sustento e sua luta. A exemplo, serviços básicos como água, luz e telefone não tem no local ou são precários.

Quando, então, introduzimos o que entendiam sobre latifúndio, não foi difícil para eles se manifestarem –*“Latifundiário é o grande fazendeiro, dono de terra; é aquele que a gente quer pegar pelo pescoço”*

Ao final, dividimos os acampados, que já se encontravam em maior número que no começo, em pequenos grupos. Mais uma vez, foi constatado uma forte timidez ao falar. Tal fato dá margem a uma análise freiriana do olhar submisso, oprimido. São nesses momentos, mas intimistas, entre poucos que podemos constatar que muitos ali se recolhem quando tem voz. Porém, não se pode generalizar – há outros que sempre discursam e demonstram capacidade de liderança.

No dia seguinte prosseguimos com a oficina, agora os moradores falariam sobre a Reforma Agrária e sua história. Quando chegamos ao local tivemos uma surpresa: no espaço onde sempre ocorrem as oficinas foi preparada uma linda decoração; os acampados haviam colocado flores, frutos e legumes que plantavam.

Iniciamos assim a oficina perguntando como eles chegaram ali e o que a Reforma Agrária tem a ver com isso? Para descrever a atividade, será utilizada a transcrição de suas falas, para então tecer as observações que levantamos.

Falas sobre a Reforma Agrária:

*“A justiça é lenta; pessoas as vezes esperam muito pela Reforma Agrária, porém, poucos conseguem ver a Reforma Agrária por causa da lentidão da justiça. Muitos morrem e outros continuam na luta pela Reforma Agrária para conseguir um pedaço de terra para trabalhar. Meus filhos e parentes dizem que conseguir um pedaço de terra pela Reforma Agrária é ilusão.”*

O acampado que pronunciou isso não quer voltar ao Espírito Santo de “mãos abanando” e confirmar o que seus parentes disseram sobre a Reforma Agrária.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



*“Temos a esperança de conseguir a terra para plantar coco, quiabo, banana...”*

Nessas falas, nota-se que muitas vezes a Reforma Agrária é entendida como a concretização da esperança de conseguir regularizar através da justiça o pedaço de terra onde já se trabalha. A perspectiva sobre a Reforma Agrária, para alguns acampados, está associada com o ganhar o pedaço de terra, a partir de uma visão do micro, partindo de sua vida.

Contudo, sem generalizar, houveram falas que traduziam a Reforma Agrária um pouco diferente. Uma companheira disse o seguinte:

*“A Reforma Agrária é lei. Os assentados ficam chateados com a demora. Se é lei, porque não acontece? A demora é também porque quem fez a lei são os donos do grande capital. Então eles fazem do jeito que querem...Vamos lutando para conseguir a terra.”*

Ela analisa a estrutura, pelo viés jurídico e econômico para entender porque é tão difícil para eles conseguirem o tão sonhado pedaço de terra. Nos discursos é possível identificar que a luta pela Reforma Agrária para eles é a luta pela manutenção da posse da fazenda que ocuparam.

Em um momento, um dos companheiros pronunciou que *“quem não tem estudo é roça”* e em seguida contou a história difícil de sua vida. Dois pontos, a partir dessa fala, podem se debatidos: a questão da educação formal ser meio de diferenciação social, como também a desvalorização do trabalho do campo. Por que quem é da roça não tem estudo? E por que quem tem estudo não pode ser também da roça?

Em seguida, uma estudante fez uma nova provocação: além de toda essa dificuldade, por quê El Dourado persiste na luta pela Reforma Agrária?

Sendo uma das mais velha do acampamento, Dona Júlia começou constar a história da ocupação:

*“Em 2000, fizemos um trabalho de base nessa região toda. Depois fizemos um acampamento em São Diogo com a maioria dos militantes do Rio. Muitos saíram com dificuldade para ficarem acampados na beira da estrada.*

*Todo domingo íamos para São Diogo levar a mercadoria. Teve um dia que Leo e Maria foram a Prefeitura pedir um acampamento. Em maio, eles ocuparam a Usina.”*



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Contou, então, como “surgiu” São Roque e El Dorado:

*“A primeira fazenda que o MST ocupou foi São José. Só que o posseiro trocou o nome para Santa Helena e fez o despejo. Aí nós saímos da fazenda São José e fomos para São Roque*

*O INCRA tiraram eles de São Roque e passaram eles para El Dorado e disseram que eles conseguiriam o assentamento em 3 meses. Falaram que aqui (El Dorado) seria mais fácil o INCRA comprar a terra e conseguir a imissão de posse. Só que já faz 3 anos e até agora nada.*

*Não entendo porque em uma reunião o superintendente do INCRA disse que tinha dinheiro para comprar a fazenda*

*Antes falaram que poderiam estar acampadas 39 famílias. Agora o INCRA diz que só podem assentar 13 famílias e o restante fica lutando pela Reforma Agrária.*

*Nó queremos a Reforma Agrária, a terra em nossas mãos!”*

Nesse sentido, pela história de El Dorado e São Roque, torna-se clara a percepção de como o tempo e ritmo do processo no judiciário não é conveniente com as necessidades dos acampados. Além disso, o próprio executivo demonstrou pouca eficiência no desenvolvimento das negociações, bem como no desenvolvimento do projeto de Reforma Agrária na política regional e nacional. Soubemos pelos acampados que há dois anos nenhuma fazenda foi vistoriada para a Reforma Agrária. Um dos companheiros disse assim:

*“Acho que o sonho de cada um é que a Reforma Agrária saia do papel. Tomara que a nova presidente (Dilma Rousseff), faça mais rápido que o presidente Lula, que fez devagarinho.”*

Ao final, disseram que queriam entender o processo de desapropriação. Quando vão ao INCRA, não compreendem o que dizem. Se pudessem saber como funciona e o tempo que ainda vai durar, saberiam se vale a pena desistir. Deste modo, o grupo percebeu o quão era necessário esmiuçar o processo de desapropriação.

Diante de tal relato, nota-se a importância da educação popular para as comunidades dos acampamentos ganharem maior autonomia. O processo de conhecimento coincide nesse caso com o processo de empoderamento, tendo em vista que o conhecimento *aprendido*, mencionado anteriormente, possibilita ao sujeito traduzí-lo em maior entendimento e possibilidade de intervenção em sua realidade.



INTEGRACION,  
EXTENSION,  
DOCENCIA  
E INVESTIGACION  
PARA LA  
INCLUSION  
Y COHESION  
SOCIAL

22 AL 25  
NOVIEMBRE  
DE 2011  
SANTA FE  
ARGENTINA



Em uma reunião no INCRA, em novembro de 2010, que fazia parte da Jornada de Lutas<sup>4</sup>, foi possível mostraram um maior perceber um certo domínio da situação do Processo em face do Judiciário. Esta percepção se deve a uma conversa com os mesmos, após a reunião. Entretanto, embora seja positivo ver que alguns conseguiram *apreender* um determinado conhecimento, ainda é pouco diante da expectativa de que não seja um ou outro, mas um coletivo que sistematicamente *aprende-aprende* elementos da realidade na qual estão inseridos.

#### 4. OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

- É importante reconhecer que muitos elementos desta luta ainda são ofuscados pelo distanciamento dos signos que a compõem, em relação à comunidade rural formada com os acampamentos. A luta pode ser a cotidiana para a manutenção do acampamento; pode ser aquela travada através do Processo dentro da esfera do Judiciário; pode ser a luta do Movimento como um todo diante de uma sociedade com uma experiência democrática recente; pode ser a luta contra a grande mídia que pouco se identifica com as classes populares.
- A Universidade impõe um tempo de produção de reflexões que não permite o desenvolvimento de relações aprofundadas com comunidades que não pertencem a este universo. Para que a Extensão seja, de fato, Comunicação é preciso haver tempo de interação e possibilidade de estrutura para tal.
- A linguagem do Direito e todo o formalismo intrínseco a esta demonstra sua finalidade de dominação que só pode ser reinventada, na medida em que o próprio Direito é reinventado, sendo o verdadeiro Direito aquele que nem sempre se identificará com a lei conforme nos informa Roberto Lyra Filho em “O que é Direito”.

#### BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*, 3ª edição. São Paulo: Editora

<sup>4</sup> Esta jornada consiste em um movimento nacional em que acampados e dirigentes do movimentos se deslocam até as sedes estaduais do INCRA para pautar suas reivindicações.



Brasiliense S.A.1981.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*, 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1992.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*, 17ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 2006.

WARAT, Luís A. *O Direito e Sua Linguagem*, 2ª edição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 1995.